



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**DESPACHO TRF2 1431135**

Cuidam os autos de contratação emergencial, pelo prazo de 6 meses, de empresa para prestação dos serviços de locação, instalação e manutenção de sistema UPS de 120 kVA, destinado ao atendimento da Sala Cofre deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se que a Subsecretaria de Manutenção Predial, por meio da SEC 1330717, justificou a urgência da contratação ao informar a necessidade de *“Manter a redundância do sistema de UPS que atende ambiente seguro, sala-cofre, do prédio do Tribunal Regional da 2ª Região, pelo período necessário para conclusão do certame visando a compra de novos equipamentos.”*

Para instrução da contratação direta, foram juntados aos autos os Estudos Técnicos Preliminares (1326675), o Termo de Referência (1326684), a Aprovação do Termo de Referência (1331470), as pesquisas de preços (1353035, 1353038, 1353040 e 1353082), bem como o Mapa Comparativo de Preços (1392931). A empresa I A DE FREITAS SANTOS apresentou proposta comercial de R\$ 50.000,00 para 6 meses de execução, conforme documento 1353035.

A SEMAUT, no Parecer 1359078, aprovou a proposta, tendo o Diretor da SIE ratificado tal posicionamento no Despacho 1360658. Após diligências solicitadas pelo setor demandante nº 1380250, e atendidas no 1391623, a unidade técnica concluiu, no Parecer 1391896, novamente ratificado pela SIE através do Despacho 1392053, que a proposta atende integralmente às exigências dispostas no Termo de Referência.

Em sede de diligência, conforme correspondência eletrônica 1429353, a empresa prestou esclarecimentos e juntou novo Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado de Nota Fiscal comprovando o fornecimento atestado. Considerando o novo documento juntado, a SEMAUT manifestou-se por meio do Parecer Complementar (1429440), no qual declarou que a proposta apresentada pela empresa I A DE FREITAS SANTOS está em conformidade com as exigências do Termo de Referência, com ratificação pela SIE no 1430048.

A Assessoria Jurídica, Técnica e de Assuntos Administrativos se manifestou no Parecer Jurídico 1405260, opinando pela viabilidade da contratação, entendendo presentes os requisitos legais do art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021. A Assessoria destacou a manifestação do setor demandante sobre a situação emergencial, com risco à continuidade dos serviços públicos, dado que a ausência de redundância no fornecimento energético da Sala Cofre compromete operações críticas, justificando a adoção da contratação direta para solução imediata. O parecer também ressaltou que a escolha do fornecedor foi devidamente justificada pela SCON, conforme Informação 1392937, e que a documentação de habilitação se encontra regular nos documentos a seguir:

Proposta Comercial (1353035), Contrato Social (1379631), Declaração sobre empregar menor (1379523), Declaração de Parentesco (1379533), Declaração do SICAF (1445806), Consulta CEIS/CNEP da CGU (1379494), Consulta ao portal do TCU (1379440), Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ (1379513), Registro no CFT-SP e o Atestado de Capacidade Técnica (1379908 e 1429344).

A DPLAN, por meio do Despacho 1397232, posteriormente ratificado no 1397448, atestou a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a contratação com fulcro na fundamentação sugerida, transcrita a seguir, é a via adequada e efetiva para eliminar o risco:

*"Art. 75. É dispensável a licitação:*

(...)

*VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;"*

Destaquem-se, ainda, os entendimentos do Professor Marçal Justen Filho, em sua obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 8ª edição, ed. Dialética, São Paulo, 2001, a respeito da contratação direta, a seguir reproduzidos, em parte:

*"2.1) Contratação direta e procedimento administrativo*

*A contratação direta se submete a um procedimento administrativo, como regra. Ou seja, ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Somente em hipóteses-limite é que a Administração estaria autorizada a contratar sem o cumprimento dessas formalidades. Seriam aqueles casos de emergência tão grave que a demora, embora mínima, pusesse em risco a satisfação do interesse público.*

*Nas etapas internas iniciais, a atividade administrativa será idêntica, seja ou não a futura contratação antecedida de licitação. Em um momento inicial, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. (...)*

*A diferença residirá em que, no momento de definir as fórmulas para contratação, a Administração constatará a inaplicabilidade das regras acerca de licitação. Assim ao invés de elaborar o ato convocatório da licitação e instaurar a fase externa apropriada, a atividade administrativa interna desembocará na contratação direta. Ainda assim, não se admitirá que a Administração simplesmente contrate, sem observância de outras formalidades. Definido o cabimento da contratação direta, a Administração deverá pesquisar a melhor solução, tendo em vista os princípios da isonomia e da supremacia e indisponibilidade do interesse público. Logo, deverá buscar a melhor solução, respeitando (na medida do possível) o mais amplo acesso dos interessados à disputa pela contratação.*

*No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores."*

Diante do exposto e do Parecer Jurídico 1431131 da AJUT, AUTORIZO a contratação emergencial da empresa I A DE FREITAS SANTOS ME, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, para a prestação dos serviços de locação de sistema UPS (Uninterruptible Power Supply) de 120 kVA, para atender ao ambiente seguro, Sala Cofre, deste Tribunal pelo prazo de 6 (seis) meses.

Desta forma, encaminhem-se à SIE, com vistas ao setor requisitante, para adequação do Termo de Referência.

Após, à SAT, com vistas à DCONT, para as alterações propostas.

Na oportunidade, AUTORIZO a emissão do empenho necessário à realização da despesa.

Desta forma, adotadas as medidas pelos setores acima indicados, os autos devem ser enviados à DIOFE para providenciar o empenhamento ora autorizado.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO**, **Diretor-Geral**, em 16/12/2025, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1431135** e o código CRC **D0BD4EA3**.

0021473-32.2025.4.02.8000

SEI 1431135v11